

PERCEPÇÕES DAS ENCHENTES DE 2024: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE VENÂNCIO AIRES, SANTA CRUZ DO SUL, RIO PARDO E SINIMBU DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Mariéli Helfer Gehring
Eduardo Elias Wachholtz
Fernando Batista Bandeira da Fontoura

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

RESUMO

O artigo discute os impactos de desastres naturais enquanto marcos disruptivos com potencial para reconfigurar práticas sociais e institucionais, a partir da análise do caso de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Sinimbu (RS), fortemente afetados por enchentes em abril de 2024. Partindo da literatura sobre desastres como oportunidades para mudanças estruturais, destaca-se que reconstruções guiadas por urgência frequentemente aprofundam desigualdades e vulnerabilidades, ao invés de promover resiliência. A experiência de Sinimbu exemplifica essa problemática, revelando a fragilidade das infraestruturas locais frente ao aumento da intensidade dos eventos climáticos, associado às mudanças globais. O comprometimento da Ponte Centenária afetou diretamente a logística, o comércio e o acesso a serviços básicos, gerando impactos econômicos e sociais duradouros. A mobilização comunitária e a atuação da iniciativa privada, sobretudo comerciantes, evidenciam estratégias de resistência e adaptação, embora também revelem lacunas na atuação do poder público. A participação de voluntários em municípios vizinhos, reforça o papel das redes sociais informais diante da ausência de respostas institucionais eficazes. A análise adota abordagem fenomenológica, valorizando os sentidos atribuídos por atores locais à experiência do desastre, e evidencia como eventos extremos desestabilizam práticas cotidianas, abrindo espaço para inovações e reconfigurações sociais. Por fim, o texto propõe a reconstrução como oportunidade para fortalecimento institucional e transformação do território, orientada por diretrizes como o “reconstruir melhor”, que articula desenvolvimento sustentável, prevenção de riscos e justiça social. Assim, defende-se que desastres não sejam compreendidos como eventos isolados, mas como sintomas de desigualdades estruturais que exigem respostas sistêmicas.

Palavras-chave: Mobilização comunitária. Enchentes. Práticas Sociais e Institucionais. Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

Eventos extremos, como desastres naturais ou catástrofes socioambientais, podem funcionar como marcos de ruptura nos processos históricos e sociais, para promoção momentos de reavaliação coletiva e ao propiciar momentos de reavaliação coletiva e,

potencialmente, uma reorientação nas formas como a sociedade compreende a si mesma e projeta seu futuro. A destruição de Lisboa em 1755, frequentemente mencionada como um marco no pensamento europeu, exemplifica essa dinâmica. Conforme argumentam Lima (2008) e Pereira (2000), a experiência do desastre, ao desestabilizar as estruturas do cotidiano e as crenças consolidadas, pode abrir espaço para transformações nas práticas sociais e, gradualmente, nas normas que orientam o planejamento territorial e a organização do espaço.

A literatura recente adverte, no entanto, que embora os desastres possam gerar janelas de oportunidade para mudanças, os processos de reconstrução conduzidos sob a lógica da urgência tendem a aprofundar vulnerabilidades preexistentes. Pesquisas como as de Olshansky (2006), Collins (2009) e Nunes (2015) demonstram que intervenções apressadas e desarticuladas frequentemente resultam em ambientes urbanos e rurais mais expostos a riscos, além de acentuarem desigualdades sociais. No contexto brasileiro, Albino (2014), ao analisar o processo de reconstrução na região dos Baús, no município de Ilhota (SC), concluiu que, uma década após as enchentes e deslizamentos, persistiram — e, em alguns casos, agravaram-se — as condições de vulnerabilidade socioeconômica da população local.

Os exemplos discutidos na literatura, bem como o caso mais recente ocorrido no Rio Grande do Sul, evidenciam a urgência de integrar os debates sobre desastres e desenvolvimento, conforme propõem autores como White e Haas (1975), Dobler (1980) e Cuny (1983). A concepção de que os desastres naturais representam manifestações de problemas estruturais do desenvolvimento humano — e não meros eventos exógenos — contribuiu para a reformulação das estratégias de prevenção e reconstrução. Um exemplo dessa abordagem é o esforço empreendido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que, diante da recorrência de desastres na região andina, desenvolveu metodologias sistemáticas para a avaliação de danos e para a identificação de novas demandas de planejamento (UNDP, 2011).

Compreender que os impactos sociais e econômicos dos desastres são mediados por condições históricas e estruturais implica reconhecer que os potenciais benefícios advindos desses eventos são socialmente construídos. Segundo Smith (2011) e Schwab (2014), choques severos podem desestabilizar práticas institucionalizadas e abrir espaço para a aceitação de inovações, ao romper com resistências históricas ancoradas em hábitos normatizados e estruturas de poder consolidadas. No entanto, a consolidação de um novo equilíbrio social e institucional raramente ocorre de forma imediata, exigindo uma perspectiva analítica que acompanhe seus desdobramentos ao longo do tempo (GREIVING, UBAURA E TESLIAR, 2016).

O evento mais recente de grande magnitude no estado do Rio Grande do Sul ocorreu em maio de 2024, considerado como o maior desastre natural da região nos últimos anos. Dos 497 municípios do estado, 95 declararam estado de calamidade pública, 357 decretaram situação de emergência e 45 não relataram danos significativos. A população total do estado, que é de 6.145.488 habitantes, teve 537.936 pessoas diretamente afetadas pelas enchentes, o que corresponde a aproximadamente 8,8% da população. Diante desse cenário, emerge o seguinte questão-problema: qual é a percepção sobre os efeitos das enchentes de 2024 a partir da ótica de pessoas que se envolveram de forma direta com os eventos climáticos?

Nesse contexto, o conceito de reconstruir melhor emerge como uma diretriz internacional orientada a transformar os processos de reconstrução em oportunidades para promover mudanças estruturais que ampliem a resiliência das comunidades afetadas. De acordo com a United Nations International Strategy for Disaster Reduction (2017), trata-se de utilizar as fases de recuperação, reabilitação e reconstrução para incorporar medidas de redução de riscos, restaurar a infraestrutura física e revitalizar os sistemas sociais e econômicos de forma mais sustentável e segura. Assim, a reconstrução passa a operar como vetor de um desenvolvimento mais equitativo, seguro e ambientalmente integrado.

2 O ESFORÇO COMO FERRAMENTA DE RECONEXÃO

O município de Sinimbu, localizado no Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul, foi o primeiro da região a sofrer os efeitos diretos de um evento climático extremo ocorrido em abril de 2024. No dia 30 daquele mês, o município enfrentou uma enchente severa em decorrência do transbordamento do Rio Pardinho. Inicialmente, os danos foram moderados, com alagamentos nas vias principais e invasão de água em alguns edifícios. Contudo, nas horas seguintes, o nível do rio atingiu patamares históricos, causando danos significativos à infraestrutura urbana, como a inundação do prédio da Prefeitura, onde a água alcançou 2,1 metros de altura, e a submersão completa da Avenida General Flores da Cunha, a principal via do município (PLANO RIO GRANDE, 2025).

A causa do fenômeno está relacionada   precipita o acumulada nos sete dias anteriores ao evento, que totalizou 378,21 milímetros — um  ndice consideravelmente acima da m dia histórica da região. Esse episódio evidencia o aumento da frequência e da intensidade dos eventos extremos, fenômeno amplamente associado às mudanças climáticas globais (IPCC, 2021). Conforme apontam Marengo e Bernasconi (2020), a intensifica o de chuvas severas e inunda es urbanas exige uma reestrutura o das políticas públicas voltadas   preven o de desastres e ao planejamento territorial sustentável.

Os impactos foram expressivos tanto no aspecto territorial quanto social. De acordo com o Plano Rio Grande (2025), aproximadamente 13 km² da área total do município — o que representa 2,6% do território — foram diretamente afetados. Estima-se que 1.176 pessoas, cerca de 13,7% da popula o municipal, foram atingidas, além de 767 endereços residenciais e comerciais danificados. Esse cenário aponta para a insuficiência das medidas de conten o atuais e a necessidade urgente de ado o de estratégias de adapta o resilientes nas políticas municipais.

A experiência de Sinimbu ilustra a vulnerabilidade de pequenos municípios diante de fen menos climáticos extremos e reforça a importância da integra o entre ciência, poder público e sociedade civil na constru o de solu es adaptativas. Segundo Nascimento e Silva (2019), o planejamento urbano deve ser reorientado para incorporar medidas de resiliência climática e gestão de risco, especialmente em regiões já reconhecidamente suscetíveis a desastres hidrometeorológicos. Assim, eventos como o ocorrido em Sinimbu não devem ser considerados pontuais, mas como alertas de um fenômeno climático em expansão, exigindo respostas integradas e baseadas em dados científicos para garantir a segurança da popula o e a sustentabilidade do território, observa-se a figura 1.

Figura 1 - DESTRUIÇÃO CAUSADA PELA ENCHENTE EM SINIMBU



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Entre os danos materiais mais relevantes causados pela enchente de abril de 2024 em Sinimbu, destaca-se o comprometimento da Ponte Centenária, uma estrutura de valor histórico e funcional para o município. De acordo com informações divulgadas pelo Plano Rio Grande (2025), a ponte sofreu danos severos em sua base estrutural, ocasionados tanto pela força da correnteza quanto pelo impacto de detritos transportados pelas águas, incluindo troncos de árvores, móveis e fragmentos de edificações destruídas. Além do comprometimento da estrutura principal, as extremidades da ponte, sobretudo nas proximidades das margens do rio, foram parcialmente levadas pela enxurrada.

Em resposta imediata à situação, foi instalada uma passagem improvisada para pedestres utilizando tábuas de madeira. No entanto, o tráfego de veículos entre as localidades rurais e a sede do município permanece seriamente prejudicado. Tal condição tem implicado em atrasos e aumento no custo do deslocamento, além de representar um obstáculo logístico para o abastecimento de bens e o acesso da população aos serviços essenciais concentrados no centro urbano (PLANO RIO GRANDE, 2025).

As limitações de mobilidade também têm provocado impactos econômicos no comércio local. O aumento da distância e do tempo necessário para transpor o rio tem levado parte da população a buscar produtos e serviços em municípios vizinhos. Conforme aponta um empresário local, “os consumidores, ao se habituarem com a oferta em outros municípios, tendem a manter esse novo padrão de consumo, mesmo após a normalização da situação em Sinimbu” (entrevistado empresário 1, informação verbal). Essa mudança comportamental representa um desafio adicional à recuperação econômica do município, visto que implica em perda de clientela e redução no fluxo comercial local.

Apesar desse cenário adverso, comerciantes da região mantêm uma postura resiliente. Muitos apostam na reestruturação das rotas de acesso e na fidelização dos clientes como estratégias para mitigar os prejuízos decorrentes da interrupção logística. De acordo com Marengo e Bernasconi (2020), a recuperação econômica após desastres naturais está diretamente relacionada à capacidade de adaptação dos agentes locais e à rapidez na recomposição da infraestrutura essencial.

Santos (1993) argumenta que, diante da negligência do poder público, certos territórios urbanos vivem à margem da cidadania plena. Nesses espaços, o vácuo deixado pelo Estado pode ser ocupado por organizações da sociedade civil e também pelo setor privado, seja por interesse filantrópico, por estratégia de mercado ou pela pressão comunitária. Essa leitura é fundamental para compreender por que empresas, às vezes, assumem funções que deveriam ser do Estado — como saneamento, educação básica ou infraestrutura urbana.

Segundo Santos (1993) a urbanização não pode ser compreendida apenas por seus aspectos físicos, como o crescimento das cidades, mas deve ser analisada à luz das desigualdades e das relações de poder que perpassam a sociedade brasileira. Dessa forma, a obra revela que a urbanização brasileira se dá de maneira desigual e excludente, refletindo um modelo de desenvolvimento que privilegia a concentração de riqueza para uma parcela da população, ao mesmo tempo em que perpetua a marginalização e a privação para amplos contingentes sociais, sobretudo nas periferias urbanas.

3 PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA COMO FERRAMENTA DE RECONSTRUÇÃO

A crítica de Santos (1993) à urbanização brasileira está intimamente relacionada à análise do papel do Estado na gestão dos municípios. Santos (1993) aponta que a atuação do poder público, frequentemente omissa ou submissa aos interesses do capital, contribui para a exclusão social e a precariedade das condições de vida nas áreas mais pobres. A ausência ou insuficiência do Estado em prover infraestrutura básica, serviços públicos essenciais e direitos fundamentais, como moradia digna e mobilidade urbana, resulta na proliferação de espaços urbanos informais, onde as condições de vida são marcadas pela precariedade e pela falta de acesso a serviços essenciais. Santos (1993) destaca que, diante da ineficácia das políticas públicas, outros atores sociais — como organizações não governamentais e, em alguns casos, empresas — ocupam o vácuo deixado pelo Estado, desempenhando funções que, em princípio, seriam responsabilidade do poder público.

As empresas muitas vezes assumem ações que vão além de sua função de mercado, oferecendo soluções de impacto social e atuando em áreas como educação, saúde e infraestrutura. No entanto, essa atuação das empresas também levanta questões sobre o que elas devem desempenhar na sociedade e até que ponto sua intervenção pode ser uma resposta à falência do Estado ou uma estratégia de legitimação de sua imagem corporativa.

Para Santos (1993) o espaço urbano é como um produto histórico e social, constituído por diferentes racionalidades. A diferença sobre a racionalidade técnica, imposta pelo capital, que busca otimizar a produção e maximizar o lucro, da racionalidade popular, que emerge das necessidades e práticas cotidianas das populações marginalizadas. Essa dualidade revela a complexidade do espaço urbano brasileiro, onde coexistem a cidade formal e informal, o centro e a periferia, o visível e o invisível. Santos (1993) ilustra como essas contradições geram uma cidade fragmentada, onde o espaço é desigual e marcado pela exclusão social.

Dessa forma, a análise de Santos nos permite compreender que a urbanização brasileira não é um processo linear e homogêneo, mas sim um fenômeno marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, que se refletem na divisão do espaço urbano. A atuação do poder público, em grande parte omissa ou insuficiente, é um dos principais fatores que perpetuam essa exclusão. No entanto, outros atores sociais, como empresas e organizações da sociedade civil, que, diante da falência do Estado, acabam ocupando funções que são, ou deveriam ser, de responsabilidade do poder público.

Chiavenato e Clóvis de Barros Filho (2012) propõem uma reflexão profunda sobre a atuação das organizações no contexto social, enfatizando a importância da ética como pilar

fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A ética organizacional, para os autores, não se limita à simples observância das leis ou à adoção de códigos de conduta, mas envolve uma postura crítica e reflexiva sobre os impactos das decisões empresariais nos diferentes públicos que delas dependem. O conceito de responsabilidade nas organizações vai além do foco exclusivo no lucro, abrangendo também o bem-estar de seus colaboradores, a sustentabilidade ambiental e a contribuição para o desenvolvimento social.

As empresas não operam em um vácuo ético, mas são inseridas em um contexto social e histórico no qual suas ações têm repercussões significativas. Chiavenato e Barros Filho (2012) sustentam que a ética organizacional deve ser vista como uma construção contínua que reflete os valores da sociedade e, ao mesmo tempo, molda as práticas empresariais de maneira responsável. Nesse sentido, as organizações possuem uma responsabilidade social corporativa que vai além da filantropia ou do marketing social, englobando uma atuação proativa na melhoria das condições de vida de suas comunidades e no respeito aos direitos humanos.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Em razão das características climáticas e geográficas, a região do Vale do Rio Pardo foi uma das primeiras áreas do Rio Grande do Sul a ser impactada pelas enchentes de 2024. Para ilustrar a cronologia dos danos, em Sinimbu, as águas invadiram as residências em 30 de abril, enquanto em Porto Alegre, a capital do estado, os danos começaram a ser mais expressivos a partir de 3 de maio, com o Guaíba provocando alagamentos de maior intensidade. Dentre os municípios mais afetados, destacam-se Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Sinimbu, se considerado o número de pessoas diretamente atingidas, conforme indicado no Mapa Único do Plano Rio Grande (2025).

Neste estudo, foram entrevistados dois empresários locais (identificados neste estudo como empresário 1 e empresário 2) um pescador, coordenador da Defesa Civil, voluntários e ex-moradora de Vila Mariante (localizada no município de Venâncio Aires) e a análise seguiu os princípios fenomenológicos para compreender as percepções e sentidos atribuídos por esses sujeitos às questões abordadas. Dessa forma, ao adotar a fenomenologia como referencial metodológico, buscou-se compreender as experiências singulares de cada participante, respeitando a subjetividade e permitindo uma aproximação mais autêntica do fenômeno investigado.

A fenomenologia, enquanto abordagem metodológica, oferece um caminho rigoroso para a compreensão das experiências vividas dos sujeitos, sendo particularmente adequada para a análise de entrevistas qualitativas. Fundamentada na obra de Edmund Husserl, a fenomenologia propõe a suspensão dos juízos pré-concebidos por meio da *epoché*, permitindo que o pesquisador acesse a essência do fenômeno tal como ele se manifesta na consciência dos entrevistados (HUSSERL, 2008). Assim, a análise fenomenológica visa descrever as estruturas da experiência, revelando significados que não são imediatamente visíveis, mas que emergem a partir da escuta atenta e da interpretação das falas.

A estratégia metodológica também apresenta triangulação de métodos, com pesquisa bibliográfica e documental, mas também, a estratégia da busca da percepção singular associada ao estudo dos casos dos municípios do Vale do Rio Pardo que apesar das suas particularidades apresentam características comuns no território.

Lencione (1999) destaca que, na pesquisa fenomenológica, o foco recai sobre o vivido, sendo fundamental que o pesquisador se coloque em atitude fenomenológica, ou seja, uma postura de abertura e acolhimento à experiência do outro, sem impor categorias analíticas externas. Dessa forma, ao analisar entrevistas sob a perspectiva fenomenológica, busca-se

compreender o sentido que os participantes atribuem às suas experiências, respeitando a singularidade e profundidade de seus relatos. Essa abordagem não apenas valoriza a subjetividade dos entrevistados, mas também permite uma aproximação mais autêntica do fenômeno investigado.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O empresário 1, destacou a relevância da Ponte Centenária para a região, considerando-a a base de toda a logística e atividade comercial do município. Segundo ele, aproximadamente 60% das operações do interior do município dependem do uso dessa ponte, o que torna a sua reconstrução crucial para a normalização da circulação de pessoas e mercadorias. O empresário ressaltou que a dificuldade de transitar pela cidade tem levado muitos consumidores a optar por municípios vizinhos, em busca de maior facilidade de acesso. Nesse sentido, ele acredita que a reativação da ponte será um divisor de águas, não apenas para o cotidiano das pessoas, mas também para o setor comercial, trazendo um impacto direto na revitalização da economia local. O empresário 1 afirma que a reabertura da Ponte Centenária será um fator determinante para que os negócios no município possam retomar sua dinâmica, considerando sua importância como um elo de conexão essencial para a região.

Por outro lado, o empresário 2, apontou a necessidade de melhorias na infraestrutura de acesso, principalmente no que diz respeito às pontes e vias de transporte. Para ele, o comércio local tem enfrentado dificuldades significativas devido à precariedade do transporte, que afeta diretamente a circulação de clientes e fornecedores. O empresário comparou a situação a um processo de adaptação forçada, onde, ao mudar o "habitat" dos consumidores para outros municípios, a probabilidade de retorno diminui consideravelmente. Além disso, a ausência de linhas de ônibus, que anteriormente facilitavam o deslocamento da população rural para a cidade, intensifica ainda mais a dificuldade de acesso ao comércio local. Embora reconheça os desafios impostos por essas condições, ele adotou uma postura otimista, destacando que, apesar das dificuldades, o município está se reerguendo e cumprindo seu papel na busca por soluções. Ele enfatiza que, embora os problemas existam, a comunidade e os empresários têm se esforçado para superá-los e restaurar a normalidade na vida e no comércio local.

A necessidade de realizar desvios consideráveis para transpor o rio resulta em um aumento significativo do tempo e do custo de deslocamento e incentiva parte da população a buscar produtos e serviços em municípios vizinhos, o que pode implicar impactos econômicos adicionais sobre o comércio local. O Empresário II (2025) relata que a dificuldade de mobilidade tem provocado alterações no comportamento dos consumidores. Para ele, uma vez que os clientes se habituam a buscar produtos e serviços em outros municípios devido à falta de acessibilidade, torna-se difícil reverter esse fluxo de consumo. Apesar dessas dificuldades, os proprietários de negócios em Sinimbu adotam uma postura otimista. "É a base de tudo para nós aqui, porque 60% de todo o nosso interior vem e passa por essa ponte. As pessoas acabam tendo muita dificuldade de transitar, de logística. Então, muitas vezes fazem escolhas por outros municípios, outros lugares que ficam mais fáceis. Então, a Ponte Centenária, realmente, no dia que voltar a estar ativa, vai fazer muita diferença, não só na vida das pessoas, mas também na nossa vida do comércio. Não tenho dúvida nenhuma disso (Empresário 1). Observa-se a figura 2.

Figura 2 - SITUAÇÃO ATUAL DA PONTE CENTENÁRIA DE SINIMBU



Fonte: dados da pesquisa (2025).

O prefeito de Sinimbu, detalhou o andamento do processo de reconstrução da Ponte Centenária. Segundo o gestor, o projeto de reconstrução foi recebido em janeiro e, a partir de então, iniciou-se o processo licitatório para execução da obra, que contou com a participação de cinco empresas concorrentes. A primeira colocada foi desclassificada por não atender plenamente às exigências editalícias e o município passou a convocar a segunda classificada, na expectativa de que esta apresente a documentação complementar necessária para a formalização do contrato (Prefeito, 2025). Em dezembro, a Administração Municipal anunciou uma parceria público-privada com a empresa Japan Tobacco International (JTI) para viabilizar a reconstrução da Ponte Centenária. A fumageira foi responsável pelo projeto técnico, com objetivo de agilizar a licitação.

Ambos os empresários destacam, portanto, a interdependência entre a infraestrutura de transporte, a reativação de pontos essenciais como a Ponte Centenária e a dinâmica comercial da cidade. O processo de reconstrução dessa ponte não se limita a uma simples questão de infraestrutura física, mas tem implicações diretas sobre o comércio, a mobilidade e a qualidade de vida da população local. As falhas no acesso e na logística de transporte, conforme apontado pelos empresários, têm levado a mudanças nos padrões de consumo, afetando a economia local e demandando ações urgentes para restaurar as condições adequadas para o funcionamento do comércio e para o retorno da normalidade no cotidiano dos cidadãos.

Durante o episódio de enchentes em Venâncio Aires, a atuação voluntária de pescadores foi determinante no resgate de centenas de pessoas. Um dos voluntários, com habilidade prévia no manejo de embarcações, participou de mais de 200 salvamentos, suprimindo a ausência de infraestrutura adequada do Corpo de Bombeiros, que não dispunha de barcos apropriados para a travessia em áreas alagadas e de difícil acesso. As operações foram marcadas por improviso, risco elevado e sentimento de impotência diante da incapacidade de atender a todas as vítimas.

A Defesa Civil municipal, por sua vez, atuou principalmente na coordenação administrativa e no suporte logístico às equipes de resgate. A instituição enfrentou dificuldades decorrentes da magnitude do evento climático, que superou todas as previsões e comprometeu áreas críticas do município, como a região do Arroio Castelhana e do rio

Taquari. Diante disso, a atuação concentrou-se no monitoramento e repasse de informações aos agentes em campo, além da abertura de abrigos e atendimento às vítimas desalojadas.

Com a tragédia, medidas preventivas começaram a ser implementadas. A Defesa Civil passou a elaborar um plano de contingência detalhado, com mais de 120 páginas, abrangendo diversos cenários de risco, como enchentes, deslizamentos e vendavais. O plano está sendo construído em conjunto com os secretários municipais e será submetido à avaliação da comunidade local, a fim de incorporar experiências e particularidades de cada região. O objetivo é formar equipes capacitadas em todas as pastas da administração pública.

A estruturação da Defesa Civil também contempla a aquisição de equipamentos específicos, como botes infláveis, sensores, réguas de medição e embarcações adequadas. Esses recursos serão integrados ao sistema de monitoramento e prevenção de desastres, com apoio de consórcios intermunicipais e do Governo Estadual. O arroio Castelhana, foco de recorrentes alagamentos, passará por estudos técnicos inéditos visando a definição de cotas de risco e melhoria da capacidade de resposta. A instalação de réguas automatizadas e sensores facilitará a previsão de novos eventos extremos.

Relatos de moradores revelam a intensidade do sofrimento vivido. Uma ex-moradora de Vila Mariante descreveu os dias em que permaneceu com sua família no telhado de uma residência, aguardando socorro. Sua trajetória de mais de 30 anos no local, marcada por enchentes anteriores de menor proporção, culminou na decisão de abandonar definitivamente a comunidade. A perda do lar e de bens materiais acentuou o impacto emocional da catástrofe, evidenciando a urgência de políticas públicas voltadas à mitigação de riscos em áreas vulneráveis.

A experiência relatada demonstra que, diante de eventos climáticos de grande escala, a solidariedade e a ação cidadã desempenham papel crucial na preservação de vidas. Ao mesmo tempo, a ausência de planejamento prévio e de equipamentos adequados compromete a eficácia da resposta institucional. Assim, reforça-se a importância de integrar a população, os voluntários e os entes públicos em uma rede de prevenção e resposta, por meio de estratégias articuladas e contínuas de preparação para desastres.

O Mapa Único do Plano Rio Grande classifica as áreas afetadas por eventos hidrológicos no município de Santa Cruz do Sul em três agrupamentos distintos. Um desses grupos corresponde ao Bairro Várzea, onde foram identificadas 1.393 pessoas atingidas e 138 empresas impactadas (CNPJs), em uma área total de 34 hectares. Considerando os três agrupamentos mapeados, o total de CNPJs afetados alcança 507, dentro de um universo de 16.276 registros ativos no município. Em termos populacionais, o número de atingidos chega a 5.117 indivíduos, o que representa aproximadamente 3,8% da população residente, estimada em 133.320 habitantes.

No Bairro Várzea, especialmente na localidade conhecida como Navegantes ou "Praia dos Folgados", observou-se significativa mobilização comunitária após os eventos de inundação. Entre as ações realizadas, destacaram-se protestos organizados pelos moradores, cuja principal reivindicação era a implementação de soluções efetivas por parte do poder público municipal para mitigar os efeitos recorrentes das enchentes.

A partir da mobilização popular, algumas intervenções pontuais foram implementadas. Conforme relatado pelo secretário municipal de Obras, do município de Santa Cruz do Sul foram realizadas ações de desobstrução de canalizações nas proximidades da rodovia BR471, tendo em vista a presença de tubulações bloqueadas. Ainda que tais intervenções tenham resultado em melhorias localizadas, o secretário destaca que o problema das inundações possui raízes históricas e estruturais, exigindo soluções mais abrangentes e complexas.

A participação ativa da comunidade foi enfatizada pelo gestor, inclusive no que se refere à instalação de barreiras improvisadas com o intuito de retardar o avanço das águas

(secretário 1). O presidente da Associação dos Moradores do Bairro Navegantes, destacou que foram encaminhadas solicitações de recursos junto à Defesa Civil Federal e aos programas estaduais de reconstrução para a reestruturação das taipas — estruturas de contenção inicialmente construídas durante a gestão do ex-prefeito (morador 1), observa-se a figura 3.

Figura 3 - TAIPAS FEITAS NO BAIRRO VÁRZEA PARA IMPEDIR A ENTRADA DA ÁGUA



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Segundo informações do coordenador da Defesa Civil de Santa Cruz do Sul, está em curso a instalação de sistemas de alerta sonoro no Bairro Várzea, com o objetivo de fornecer aviso prévio em casos de emergência. A medida tem como referência práticas adotadas em municípios do Vale do Taquari, também impactados por desastres ambientais. Ele acrescenta que está em fase de contratação um projeto de engenharia destinado a intervenções de contenção e drenagem em áreas mais suscetíveis do município, articulado em parceria com a Secretaria de Obras. Contudo, a efetivação dessas ações estruturantes depende da conclusão dos estudos técnicos conduzidos pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Embora algumas medidas paliativas tenham sido implementadas ao longo do último ano, constata-se que intervenções estruturais de maior envergadura ainda não foram executadas, mantendo as populações vulneráveis expostas a novos eventos extremos.

Além do Bairro Várzea, o Belvedere também enfrentou impactos significativos durante o período de chuvas intensas, entre abril e maio. Foram observadas rachaduras no pavimento da Rua João Werlang, além do deslocamento de solo, o que resultou na interdição de diversas residências. Em resposta, a Secretaria de Obras executou ações emergenciais, como a selagem de trincas no asfalto, contenção de taludes e aplicação de material em áreas residenciais comprometidas.

Ainda segundo o secretário Smidt, houve a substituição e ampliação das canalizações, anteriormente obstruídas, e a reforma das bocas de lobo, com instalação de estruturas de maior diâmetro para otimizar a drenagem pluvial. Essas intervenções, de caráter corretivo, têm sido monitoradas pelas equipes técnicas após cada episódio de precipitação intensa, a fim de verificar possíveis recorrências de falhas.

No Bairro Várzea, o foco permaneceu nas áreas mais próximas à BR-471, onde foram realizados trabalhos de desobstrução da rede de drenagem. A atuação conjunta com os moradores tem sido fundamental para o reconhecimento das dinâmicas locais, uma vez que a população residente apresenta conhecimento detalhado sobre o comportamento da água em situações de alagamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do problema apresentado: qual é a percepção sobre os efeitos das enchentes de 2024 a partir da ótica de pessoas que se envolveram de forma direta com os eventos climáticos? A análise inicial, foi a partir das entrevistas com diversos agentes e atores locais, revelou a fragilidade da infraestrutura de algumas áreas afetadas. Observou-se que, devido à falta de uma estrutura adequada, houve uma dependência da sociedade civil com a fragilidade do Estado para a realização dos resgates. Além disso, os sistemas de alerta mostraram-se ineficazes, o que comprometeu a capacidade de prevenção de danos materiais e humanos. A enchente causou danos estruturais em residências, estabelecimentos comerciais, estradas e pontes. A interrupção dos acessos gerou uma queda significativa na atividade comercial.

Apesar dos desafios, também emergiram aspectos positivos a partir da resposta à crise. Destacou-se a atuação de voluntários, que, colocando as vidas em risco, utilizaram barcos para ajudar os afetados. Além disso, houve uma mobilização da sociedade civil organizada, com mutirões para a limpeza e reconstrução das áreas atingidas. A participação do setor privado também foi observado, com iniciativas voltadas para a recuperação de estradas e pontos comerciais. Entre os avanços, destaca-se a reconstrução de infraestruturas de forma mais resiliente, adaptada a eventos climáticos extremos. Também foi mencionado o desenvolvimento de um plano de contingência, com o objetivo de garantir respostas mais ágeis e eficazes em situações futuras. O debate sobre áreas de risco e as obras necessárias foi intensificado desde o desastre, o que levou à revisão dos planos diretores.

A análise dos eventos climáticos extremos que afetaram o município de Sinimbu, especialmente a enchente de abril de 2024, revela a complexidade e a profundidade dos impactos gerados por desastres naturais em contextos urbanos e rurais vulneráveis. Esses eventos não são apenas episódios isolados, mas reflexos de processos históricos, sociais e ambientais que exigem uma abordagem sistêmica e integrada, tanto na prevenção quanto na resposta.

A literatura analisada reforça que momentos de ruptura, como desastres, podem representar oportunidades para transformação estrutural. No entanto, essa possibilidade só se concretiza se os processos de reconstrução forem conduzidos com base em princípios de justiça social, planejamento sustentável e inclusão comunitária. No caso de Sinimbu, observase que a ausência de um planejamento territorial adequado e a fragilidade das políticas públicas contribuíram para a ampliação das vulnerabilidades pré-existentes.

A destruição da Ponte Centenária, além de ser um prejuízo material, simboliza o rompimento de fluxos vitais para a vida econômica e social do município. Os relatos dos empresários entrevistados demonstram o impacto direto que a perda de infraestrutura tem sobre o comércio, a mobilidade e o comportamento de consumo da população. Essas mudanças, se não forem abordadas com celeridade e eficácia, podem se tornar permanentes, agravando ainda mais a crise local.

A atuação da sociedade civil, especialmente no caso dos pescadores voluntários em Venâncio Aires, evidencia a força da organização comunitária diante da omissão ou insuficiência do Estado. Esse protagonismo popular, embora valoroso, também denuncia a negligência das estruturas governamentais em garantir uma resposta adequada e estruturada frente às emergências. A ausência de recursos técnicos e logísticos, como barcos apropriados, comprometeu a eficácia das ações de resgate e evidenciou a necessidade urgente de investimentos públicos contínuos.

Por outro lado, os esforços posteriores da Defesa Civil para estruturar um plano de contingência participativo e tecnicamente robusto apontam para a possibilidade de evolução institucional. A inclusão da comunidade no planejamento das ações de prevenção é uma estratégia promissora para ampliar a legitimidade das medidas adotadas e garantir que elas estejam ancoradas nas realidades locais. A adoção de ferramentas tecnológicas e a formação de equipes multidisciplinares podem potencializar a capacidade de resposta frente a novos eventos.

Nesse cenário, destaca-se também o papel ambíguo da iniciativa privada. Se, por um lado, empresas podem atuar como agentes de reconstrução e resiliência, por outro, sua atuação não deve substituir a responsabilidade do Estado. Conforme discutido à luz dos conceitos de Milton Santos e dos estudos sobre ética organizacional, é necessário refletir criticamente sobre os limites e as implicações da atuação empresarial na reconstrução de territórios atingidos por desastres, especialmente quando essa atuação serve como resposta à omissão pública.

Em síntese, o caso de Sinimbu reforça que a reconstrução pós-desastre não deve se limitar à reposição daquilo que foi perdido. É preciso aproveitar esses momentos como oportunidades para reimaginar e reestruturar os territórios, promovendo um desenvolvimento mais equitativo, seguro e sustentável. Isso implica ações coordenadas entre poder público, setor privado e sociedade civil, guiadas por uma ética do cuidado e da justiça espacial, para que as cicatrizes deixadas pelos desastres não se transformem em marcas permanentes de desigualdade e exclusão.

O presente estudo apresenta limitações em razão da complexidade do fenômeno climático abordado. Para a realização das análises, foram conduzidas entrevistas com empresários, lideranças da sociedade civil e gestores das prefeituras de quatro municípios da região — Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Sinimbu. Considerando que esses quatro municípios representam uma amostra de um total de 452 municípios no estado, é necessário que futuras pesquisas sejam expandidas, com maior número de territórios e explorando novos aspectos do fenômeno. Isso se justifica pelo fato de que cada região apresenta particularidades históricas, culturais e socioeconômicas distintas, que podem influenciar de maneira as respostas e os impactos diante de eventos climáticos extremos.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Lisangela. O desastre em meio rural: análise dos impactos socioeconômicos na região dos Baús, Ilhota, SC. 2014. 235 f. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BARROS FILHO, Clóvis de; CORTELLA, Mário Sérgio. **Ética e vergonha na cara!**. São Paulo: Papirus, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COLLINS, James. **Social reproduction in classrooms and schools**. *Annual Review of Anthropology*, v. 38, p. 33-48, 2009.

INTERNATIONAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **Mudança climática 2021**: a base das ciências físicas. Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 8 maio 2025.

LENCIONE, S. Pesquisa fenomenológica: um resgate. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 5, n. 2, p. 107-115, 1999.

LIMA, Maria Luísa Pires. **Tragédia, risco e controlo**: uma releitura psicossocial dos testamentos de 1755. *Revista Análise Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, v. 43, p. 7-28, 2008.

MARENGO, José A.; BERNASCONI, Marco. **Mudanças climáticas e extremos hidrometeorológicos no Brasil**: cenários e estratégias de adaptação. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental*, v. 14, n. 2, p. 9–25, 2020. DOI: 10.18472/cig.2020v14n2.25524.

NASCIMENTO, Sabrina; SILVA, Renato. **Planejamento urbano e desastres naturais**: desafios e perspectivas frente às mudanças climáticas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 23, n. 1, p. 45–60, 2019.

NUNES, Lucí Hidalgo. **Urbanização e desastres naturais**: abrangência América do Sul. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

OLSHANSKY, Robert B. Planejamento após o furacão Katrina. *Revista da Associação Americana de Planejamento*, v. 72, p. 147-153, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01944360608976735>. Acesso em: 1 maio 2025.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PLANO RIO GRANDE. **Mapa Único**: informações territoriais do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2025. Disponível em: <https://www.planorigrande.rs.gov.br>. Acesso em: 8 maio 2025.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WHITE, Gilbert F.; HAAS, J. Eugene. **Assessment of research on natural hazards**. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.